Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.MJMS-3012/2012**
PROCESSO TC/MS	:	TC/76094/2011
PROTOCOLO	:	1175379
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
ORDENADOR (A) DE DESPESAS	:	JOCELITO KRUG
CARGO DO ORDENADOR (A)	:	PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO 127/2011
RELATOR	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONTRATADO (A)	:	GAZIN INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO 40/2011
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS A CAMPANHA DE PREMIAÇÃO DO IPTU DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL.
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 33.917,00

O presente processo esta examinando a legalidade e a regularidade da execução do Contrato nº 127/2011, que foi celebrado entre as partes identificadas acima cujo objeto está mencionado na clausula primeira do termo de contrato de fls. 8 a 13.

A 1ª fase do contrato já possui julgamento por este Tribunal de Contas por meio da Decisão Singular às fls. 38 e 39, que considerou legal e regular o procedimento licitatório e a formalização do contrato.

Através da Análise Conclusiva às fls. 65 e 66, a 6ª Inspetoria de Controle Externo, constatou que o valor empenhado foi liquidado e pago e a Execução Contratual obedeceu aos seguintes estágios:

Valor do Contrato	R$ 33.917,00
Valor do Empenho	R$ 33.917,00
Total de Notas Fiscais/Recibo	R$ 33.917,00
Total Pagamentos Efetuados	R$ 33.917,00

Desta forma, foi comprovada a execução do Contrato, ora em questão (2ª FASE).

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

Em exame dos novos documentos juntados aos autos o Ministério Público de Contas verificou que assiste razão a Equipe Técnica desta Corte, assim, opinou pela legalidade e regularidade da execução deste contrato, como consta no Parecer às fls. 68 e 69.

É o Relatório.

Uma vez que os documentos acostados comprovam a execução integral deste Contrato, **DECIDO** de conformidade com o artigo 13 inciso V c/c o artigo 311 inciso II e artigo 312 inciso I - todos do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, pela legalidade e regularidade dos atos proferidos no decorrer da execução do Contrato nº 127/2011.

Determino a remessa ao Cartório para as providências regimentais.

É a decisão.

Campo Grande, 22 de maio de 2012.

Conselheira Marisa Serrano
R E L A T O R A

Mlm